

NOVAS FACES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: REFORMA DO ESTADO E MUDANÇA NA PRODUÇÃO

João dos Reis Silva Júnior¹

Valdemar Sguissardi²

ESTE estudo, fruto do trabalho de muitas mãos, financiado pela FAPESP, agora publicado pela Editora da Universidade São Francisco, pretende identificar algumas das *novas faces* do Ensino Superior no Brasil nas suas relações com a atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de trabalho e da reforma do Estado. Identificar as novas faces do Ensino Superior no Brasil é um modo de compreendê-lo em sua presente crise, nas estratégias e ações oficiais de sua reforma, nas novas configurações que vem assumindo como resposta a necessidades históricas e/ou ideológicas. É, também, uma forma específica de compreender o desenvolvimento do capital nas suas atuais relações com o trabalho, onde ocupam lugar de destaque a ciência e a tecnologia — como forças produtivas —, assim como as novas funções da sociedade civil e os novos papéis do Estado.

Em sua origem este estudo decorre de uma série de fatos que ensejaram o levantamento de muitas questões. Entre aqueles podem ser arrolados sintética e aleatoriamente:

- o conhecido processo de liberalização econômica, proposto a países como o Brasil por organismos multilaterais (FMI, BIRD/Banco Mundial e outros), que significa a busca de equilíbrio orçamentário via redução de gastos públicos no setor

1. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco.

2. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

de serviços, abertura comercial, liberalização financeira (com livre ingresso de capital estrangeiro), desregulamentação e liberação dos mercados domésticos, *privatização* das empresas e *dos serviços públicos*, entre eles os de educação e saúde;

- as principais ações governamentais nos anos recentes seguindo bastante à risca tais diretrizes;
- as propostas de reforma do aparelho do Estado, originárias do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que incluem a adoção de conceitos como *atividades não exclusivas do Estado e competitivas* (entre elas a educação), *propriedade pública não estatal* e *organização social*, no que, propõe-se, deveriam ser transformadas as atuais instituições federais de ensino superior (IFES), e ser administradas como fundações públicas de direito privado e mediante contratos de gestão;
- o combate cerrado ao atual modelo universitário brasileiro, supostamente seguidor do modelo humboldtiano de universidade, que associa ensino e pesquisa (e extensão), e a adoção de diretrizes e propostas que conduziriam à máxima diferenciação institucional das quase 1000 instituições de ensino superior (IES) existentes no país, 80% das quais privadas, e a uma distinção, há muitos anos defendida, entre universidades de pesquisa (centros de excelência) e universidades (ou instituições isoladas) de ensino;
- a aprovação de legislação e outras normas legais complementares, assim como o envio ao Congresso Nacional de propostas de emendas constitucionais que apontam na direção seja da liberalização/flexibilização das IES, seja na implementação de um conceito de autonomia que significa afastamento do Estado da manutenção exclusiva e prioritária das IES oficiais (conforme preceito constitucional), restando-lhes a necessidade de busca de recursos financeiros complementares junto à iniciativa privada; e
- as persistentes campanhas, junto aos órgãos de comunicação social, de desqualificação, em geral, dos serviços públicos, e, em particular, da educação superior pública, e valorização dos serviços privados, inclusive das potencialidades da educação superior privada.

Entre as principais questões que orientaram o desenvolvimento do estudo, encontram-se:

- quais e como se caracterizam as estratégias e ações, especialmente oficiais, de reforma do Estado e da educação superior nesse contexto?
- como se articulam a caracterizada crítica da educação superior, particularmente a pública, e as mudanças que lhe são propostas com as grandes transformações que vêm ocorrendo na base produtiva e na rápida inserção da economia brasileira na mundialização do capital, assim como com a reforma do aparelho do Estado?
- qual a abrangência dessa reforma pontual, mas sistemática, em termos legais, estruturais e gerenciais?
- em que diagnóstico da crise se apoia e que pressupostos a orientam?

- serão esses pressupostos os da justiça distributiva e da equidade que se confundem com os da privatização/mercantilização da esfera pública (saúde, educação, transporte, seguridade social, ciência e pesquisa), da competitividade (mercantil), via diferenciação institucional e uma concepção de autonomia universitária, que pressupõe, para a IES públicas, por exemplo, a busca cada dia maior de fontes variadas de recursos em substituição ao Estado?
- quais são os pressupostos infra-estruturais econômico-políticos e culturais dessa nova racionalidade da educação superior no Brasil a ser implementada por tais ações de reforma?
- como reagem os principais atores/interlocutores envolvidos pelas estratégias e ações oficiais de reforma, vinculados aos setores público e privado?
- finalmente, como tendem a configurar-se os setores público e privado diante da continuidade dessas políticas públicas para a educação superior?

A resposta às questões acima, visando caracterizar o processo de mudanças típicas por que vem passando a educação superior no país no interior de um movimento mais amplo de mudanças na economia (base produtiva) e na reconfiguração do Estado e suas conseqüências sobre a estrutura e funcionamento desse nível de ensino, requer que se considere como pressuposto e como hipótese que esse processo de reforma, no Brasil, como em outros países da América Latina, e, por que não dizer, dos países centrais, está se dando no contexto e como conseqüência:

- do movimento de passagem do regime de acumulação fordista para o denominado de acumulação flexível (mundialização do capital, financeirização, desemprego, desregulamentação da economia, etc.);
- do movimento da propalada diminuição do Estado, que se apresenta contraditoriamente como privatização do Estado e como um processo de desconcentração e maior controle sobre todos os setores da economia e dos serviços do Estado (Saúde, Educação, etc.);
- do fortalecimento do poder executivo no interior do Estado, no aqui denominado hiperpresidencialismo, que administra através do expediente das Medidas Provisórias, renováveis indefinidamente;
- da mudança de concepção do saber como bem coletivo para bem particular/privado que conduz ao conceito de mercantilização do saber e da educação;
- da campanha de desprestígio de tudo o que é público e de superqualificação de tudo o que seja privado, inclusive da educação;
- da desconsideração de que o desenvolvimento científico, especialmente da pesquisa chamada básica não pode ocorrer sem a contribuição essencial do Estado (recursos públicos) e de que os interesses privados objetivam em última instância o lucro (ou a verdadeira essência da Universidade deve conduzir ao lucro ou não será concebível entregá-la ao comando e administração de interesses empresariais privados);
- da indisfarçada adoção, pelo poder executivo (MARE e MEC), das diretrizes dos organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID, etc.) para a implementação das reformas

estruturais que se processam no aparelho do Estado e no sistema de educação superior no Brasil;

- da dependência das reformas do MEC às diretrizes do MARE e dos Ministérios da área econômica, o que condiciona, em grande medida, as mudanças da universidade às propostas desses ministérios, que se apresentam ostensivamente como de natureza econômica e gerencial, fazendo das teorias administrativas verdadeiras teorias políticas.

Os resultados são apresentados em quatro capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, sob o título *Estratégia e ações governamentais para a reconfiguração do Estado e da educação superior*, serão apresentadas a Reforma do Aparelho do Estado e da Educação Superior no âmbito do MARE e a Reforma da Educação Superior no âmbito do MEC e destacadas alguns aspectos ou características marcantes dessas ações oficiais de reforma, para melhor análise e demonstração das reações dos atores da sociedade civil envolvidos.

No segundo capítulo, sob o título *O público e o privado face à tendência de mercantilização da educação superior*, dada a necessidade de entender-se as razões das reformas em curso, que incluem conceitos novos ou atualizados como *propriedade pública não estatal, semipúblico e semiprivado*, entre outros, tenta-se, antes de tudo, recuperar a história de conceitos como *estatal, público e privado* no capitalismo, desde Locke, Jefferson, Diderot e Marx e suas recentes traduções.

Analisa-se o movimento de expansão do capital e sua intrínseca racionalidade, que, entre outros efeitos, produz a mercantilização do saber, da ciência e do campo educacional. Discute-se, finalmente, o atual movimento de ampliação do espaço privado e de restrição do espaço público, no âmbito da passagem do Estado de Bem-Estar Social ao Estado Gestor.

No terceiro capítulo, sob o título *O setor universitário público e as ações de reforma da educação superior*, apresenta-se a forma como os atores e interlocutores do Estado e representantes das instituições federais de ensino superior participam desse debate e reagem à iniciativa governamental de reforma. Nesta apresentação destacam-se o projeto de Lei Orgânica das Universidades, da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e a Proposta para a Universidade Brasileira, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN). Este capítulo conclui com um levantamento de temas ou questões em relação aos quais existem divergências acentuadas e históricas entre esses dois campos de atores e interlocutores em confronto, entre eles, o conceito de público e privado e a responsabilidade do Estado na educação superior; o modelo de universidade — de pesquisa e/ou de ensino — e a diferenciação institucional; a questão da autonomia: gestão financeira ou autonomia financeira e financiamento; e a avaliação institucional e o controle centralizado.

No quarto capítulo, sob o título *O setor universitário privado e as ações de reforma da educação superior*, faz-se uma análise do movimento de privatização desse nível de ensino durante as décadas de setenta e oitenta, com o objetivo de mostrar a produção dos condicionantes históricos da educação superior brasileira no início dos anos noven-

ta. A partir de tais condicionantes, procura-se analisar as ações dos representantes dos setores estritamente privados e comunitários face às ações do governo visando a reconfiguração da educação superior no Brasil, durante os anos noventa.

Na conclusão, a partir da articulação dos capítulos anteriores, efetua-se uma síntese dos principais aspectos do processo de reconfiguração da educação superior no Brasil, nos anos noventa, busca-se aprofundar a análise teórico-metodológica adotada neste estudo e fazem-se considerações sobre as novas perspectivas que tendem a se pôr para par o Estado brasileiro e para esse nível de ensino.

